



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012649-38.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Irredutibilidade de Vencimentos**
 Requerente: **Samuel Antonio Zanferdini**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória c.c. Condenação de Valores, ajuizada por **Samuel Antonio Zanferdini**, contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, objetivando o recebimento do Adicional por Direção da Polícia Judiciária (ADPJ), no valor de R\$7.952,91, referente ao período de 03/10/2016 a 16/10/2016, 01/11/2016 a 30/11/2016 e 01/12/2016 a 31/12/2016, em que esteve afastado do exercício do cargo por motivo de licença saúde, ocasião em que o pagamento da verba foi cessado, de maneira ilegal pela FESP, uma vez que o referido adicional constitui vantagem pecuniária de caráter geral, devida a todos os integrantes da carreira, mesmo nos casos de licença médica.

Citada, a Fazenda do Estado apresentou contestação (fls. 54/64), aduzindo que o Adicional por Direção da Polícia Judiciária- ADPJ, por traduzir vantagem *pro labore faciendo*, somente é devido aos servidores que estejam no efetivo exercício das funções típicas da carreira de Delegado de Polícia. Sustenta que a hipótese de afastamento por licença não é contemplada no artigo 78 da Lei 10.261/68, de forma que só se consideram como dias de efetivo exercícios as licenças consideradas acidentes de trabalho, não se aplicando à hipótese de licença doença. Impugnou o cálculo apresentado e requereu a improcedência do pedido. Subsidiariamente, requereu seja observado o artigo 1-F da Lei nº 9.494/97 quanto aos juros e índices de correção monetária, com a redação da Lei nº 11.960/09.

Houve réplica (fls. 75/86).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo o pedido na forma do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

O pedido comporta acolhida.

Dispõe o art. 1º da Lei Complementar nº 1.222/13: "*fica instituído, privativamente para os integrantes da carreira de Delegado de Polícia, dirigentes de atividade essencial à função jurisdicional do Estado e à defesa da ordem jurídica, nos termos do artigo 140 da Constituição do Estado, o Adicional por Direção da Atividade de Polícia Judiciária ADPJ*".

Nos termos do artigo 4º, da referida lei - *O adicional a que alude o artigo 1º desta lei complementar será devido nas hipóteses que a lei considere de efetivo exercício, bem assim nos afastamentos autorizados sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do cargo.*

Pois bem. Pela leitura dos dispositivos legais acima mencionados, constata-se que o Adicional por Direção de Atividade de Polícia Judiciária (ADPJ) foi concedido a todos os integrantes da carreira de Delegado de Polícia, não se exigindo qualquer outro requisito, função ou condições específicas de trabalho. É de se concluir, portanto, que essa verba tem natureza de vantagem de caráter geral e permanente.

E, assim sendo, tal adicional é devido aos Delegados de Polícia em todas as hipóteses em que a lei considera efetivo exercício e também "nos afastamentos autorizados sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do cargo", nos termos do artigo 4º acima mencionado.

É o que se dá com a licença-saúde, durante a qual o servidor mantém o direito aos vencimentos, por força do artigo 191 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.

Assim, o Adicional por Direção da Atividade de Polícia Judiciária possui caráter geral e não configura retribuição pecuniária *pro labore faciendo*, razão pela qual



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

se estende até mesmo para os servidores inativos e pensionistas, nos termos da Lei Complementar nº 1.249/14.

Neste sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. ADICIONAL POR DIREÇÃO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA - ADPJ. LCE 1.222/13. SUPRESSÃO DA VERBA NO PERÍODO DE LICENÇA SAÚDE. INADMISSIBILIDADE. 1. Vantagem de caráter genérico, concedida indistintamente a todos os Delegados de Polícia. Concessão da licença saúde com vencimentos, nos termos do art. 191 da Lei nº 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado). Devido o pagamento do adicional nos casos de afastamento autorizados sem prejuízo dos vencimentos. Inteligência do art. 4º da LCE nº 1.222/2013, que instituiu o benefício. Concessão da ordem mantida. 2. EFEITOS PATRIMONIAIS. O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança (Súmula 269/STF) e não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito (Súmula 271/STF). Assim, deve ser considerada a data da impetração como período inicial da condenação. 3. LEI Nº 11.960/09. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. ADI's nº 4.357 e 4.425. Adoção da atual orientação do STJ (RESP nº 1.270.439/PR): correção monetária de acordo com o IPCA e juros moratórios equivalentes aos índices aplicáveis à caderneta de poupança. 4. Reexame necessário e apelo da FESP providos em parte, com conhecimento de matéria de ordem pública de ofício. (TJSP; Apelação/Reexame Necessário 1037865-22.2016.8.26.0053; Relator (a): Osvaldo de Oliveira; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 3ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 27/09/2017; Data de Registro: 02/10/2017) – grifei.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Delegada de Polícia – Pleito de recebimento do Adicional por direção da atividade de Polícia Judiciária no período de licença saúde – Tutela antecipada – Decisão de indeferimento – Concessão da licença saúde nos termos do art. 191 do Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais – Devido o pagamento do adicional nos casos de afastamento autorizados sem prejuízo dos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

vencimentos – Inteligência do art. 4º da Lei Complementar nº 1.222/2013 – Decisão reformada - Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2255802-09.2016.8.26.0000; Relator (a): Luis Ganzerla; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Público; Foro de Taubaté - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 21/02/2017; Data de Registro: 23/02/2017).

Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido, para reconhecer a obrigação da requerida em pagar ao autor as verbas referentes ao Adicional de Direção de Polícia Judiciária ADPJ, descontadas em razão de licença-médica, condenando-a a devolver os valores indevidamente descontados a este título, com correção monetária desde a data em que cada adicional deveria ter sido pago e juros de mora a partir da citação.

A atualização monetária deverá ser feita de acordo com o IPCA-E, e juros de mora nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017. Não há necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da tese fixada pelo E. STF, no RE 870947, à qual se deve observância imediata, conforme sinalizado pelo próprio E. STF (cf. Rcl nº 3.632 AgR/AM, rel. Min. Eros Grau; ARE nº 930.647 Agr/PR, rel. Min. Roberto Barroso; RE nº 781214 AgR/Sp e 612.375 AgR/DF, ambos rel. Min. Dias Toffoli). Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação pelo STF, em sede de cumprimento de sentença deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de ordem pública.

Sem condenação em custas e honorários (art. 55, Lei 9.099/1995 e art. 27, Lei 12.153/2009).

O prazo para interpor RECURSO é de 10 (dez) dias, contados da intimação da sentença, o qual deverá ser apresentado por advogado, sendo que a parte não beneficiária da Justiça gratuita deverá, nas 48 horas seguintes à interposição, sob pena de deserção e independentemente de intimação, efetuar o preparo e comprová-lo nos autos, que compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição (artigos 41, §2º, e 42, caput e §1º, da Lei



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

9.099/99.

P. I.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA